

Publicou vários artigos e estudos em publicações dos organismos onde prestou funções, bem como noutras publicações decorrentes dos eventos onde foi convidada a participar.

## Direcção de Serviços de Administração de Recursos

### Aviso n.º 20200/2008

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do Inspector-Geral de 24/06/2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de dois lugares na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, da área Jurídica, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território aprovado pela Portaria n.º 1159/2000, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2001 de 28 de Junho.

2 — Validade — O concurso visa o preenchimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável: Ao concurso aplicam-se, designadamente:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;

Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo

Decreto-Lei n.º 159/95, de 6 de Julho;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho

4 — Quota para intercomunicabilidade vertical- nos termos do artigo 3.º do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e atentas as necessidades do serviço e o aproveitamento racional de recursos humanos, a quota de lugares a prover através do mecanismo da intercomunicabilidade vertical é de 0%.

5 — Conteúdo funcional — Ao lugar a preencher correspondem as funções de concepção previstas no Mapa I, anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85 de 15 de Julho.

6 — Remuneração, local e condições de trabalho — A remuneração é a fixada nos termos dos Decretos-Leis n.os 353-A/89 e 404-A/98, e legislação complementar, as funções serão exercidas na Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Procedimento prévio em SME — O presente procedimento foi precedido de procedimento prévio de selecção para o reinício de funções de pessoal colocado em SME. Nos termos do disposto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi criada a oferta com o código P20082645, tendo em vista a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial para o reinício de funções, não tendo sido seleccionado nenhum funcionário ou agente nesta situação.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

a) Satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuir licenciatura em Direito;

c) Experiência profissional em processos de contra-ordenação e na tramitação processual relativa ao Estatuto Disciplinar dos Funcionários da Administração Pública;

d) Conhecimento dos diplomas com incidência ambiental;

e) Possuir formação profissional adequada nas áreas em referência;

g) Ser técnico superior de 2.ª classe com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Bom.

9 — Métodos de selecção: Os métodos de selecção a utilizar serão a Avaliação curricular, com carácter eliminatório e a Entrevista Profissional de Selecção.

10 — A classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resulta da classificação obtida nos métodos de selecção referidos no ponto anterior, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham na avaliação curricular ou na classificação final classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta ou de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — As candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação e formalizadas mediante requerimento, devidamente assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao Inspector-Geral, e remetido por correio registado com aviso de recepção (desde que expedido até termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso) para a Rua de “O Século”, n.º 63, 1249-033 Lisboa, podendo ainda ser entregue pessoalmente no mesmo endereço, na Secção de Pessoal, e devendo dele constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, nacionalidade, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte fiscal, residência, código postal);

b) Referência ao concurso a que se candidata;

c) Habilitações literárias;

d) Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e especificação das tarefas que desempenha;

e) Declaração, sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, nos termos do artigo 29 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão.

12.1 — Os requerimentos deverão, obrigatoriamente, ser acompanhadas da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado; do qual deve constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos respectivos períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, seminários, conferências, etc.);

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Documentos comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

d) Declaração autêntica ou autenticada, emitida pelo serviço respectivo, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço na sua expressão quantitativa respeitantes aos anos relevantes para efeitos de promoção;

13 — Publicitação-a relação de candidatos admitidos será afixada na Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território e a lista de classificação final será notificada aos candidatos, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Júri — A composição do júri do concurso é a seguinte:

Presidente: Lic. Joana Salgueiro Texugo de Sousa, Inspectora Principal

Vogais efectivos:

Lic. Cristina Isabel Mendes Canheto, Técnica Superior Principal

Lic. Sandra Maria Monteiro Palmela Rodrigues, Técnica Superior de 1.ª Classe

Vogais suplentes:

Lic. Rui Miguel Alcario Salvador, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos

Lic. Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, Directora de Serviços de Administração de Recursos

24 de Junho de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

## Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

### Despacho n.º 18967/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção dos titulares do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, de três lugares de Director Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Norte, cujas competências se encontram definidas no artigo 5.º e Quadro anexo dos Estatutos do ICNB, IP aprovados pela Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Con-

servação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos:

O mestre Duarte José Faria Vilar de Figueiredo  
O mestre José Paulo Esmeriz Pires  
O mestre Paulo Alexandre Cabral Freire de Carvalho

Os nomeados têm o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Norte, sendo dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de serem detentores de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito geográfico do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Norte e nalguns casos fora deste Departamento o que constitui mais valia, de deterem significativa experiência de trabalho em equipas pluridisciplinares e de coordenação de equipas, nomeadamente na área do lugar a prover, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 de Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

#### Curriculum vitae

Duarte José Faria Vilar de Figueiredo  
Data de Nascimento: 23 Fevereiro de 1968  
Estado Civil: Casado  
Actividade Profissional Actual

Director Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte, em regime de substituição.

#### Habilitações

Licenciatura em Biologia — Faculdade de Ciências da U. Porto, concluída em 20/06/1991, com média final de 15 valores.

Mestrado em Ecologia Aplicada — Faculdade de Ciências da U. Porto, concluído em 17/10/2003, com classificação final de Muito Bom.

Certificação de Aptidão de Formador

#### Actividade Profissional Desenvolvida

1990 a 1992 — Professor do Quadro de Nomeação Definitiva do 11.º Grupo B.

1992 a 1994 — Professor Destacado no Centro de Área Educativa de Viana do Castelo (Área de Extensão Educativa).

1994 a 1995 — Adjunto do Gabinete de Apoio do Governador Civil de Viana do Castelo.

1995 a 2003 — Professor do Quadro de Nomeação Definitiva do 11.º Grupo B.

2003 a 2004 — Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente.

2004 a 2005 — Director da Área de Paisagem Protegida de Espoende

2005 a 2007 — Presidente da Comissão Directiva do Parque Natural do Litoral Norte

#### Outras Actividades e Habilitações

1996 — Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo (sem pelouro).

2004 — Docente do Ensino Superior no Instituto Piaget — Pólo de Vila Nova de Gaia — Disciplina de Ecologia e Educação Ambiental.

Participação em diversos Congressos e Colóquios.

Elaboração de diversos artigos e monografias científicas.

#### Curriculum Vitae — José Paulo Esmeriz Pires

##### Dados pessoais

Nome: José Paulo Esmeriz Pires  
Local e data de nascimento: Porto, 26 de Setembro de 1964  
Estado civil: solteiro  
Nacionalidade: Portuguesa

##### Habilitações académicas

Licenciatura em Biologia (Ramo de Especialização Científico e Tecnológica em Ecologia e Recursos Zoológicos) pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, concluída em 26 de Setembro de 1994, com a classificação final de 14 valores.

Obtenção do grau de mestre em Ecologia Aplicada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, com a classificação de “Muito Bom”, em 28 de Maio de 2001, com a dissertação subordinada ao tema “Ecologia alimentar da raposa [Vulpes vulpes (Linnaeus, 1758)] no Parque Natural da Serra da Estrela”.

##### Habilitações profissionais

Técnico Superior de 1.ª Classe do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com funções cumpridas, até Dezembro de 2007, no Parque Natural da Serra da Estrela.

Vários trabalhos publicados sobre biologia, conservação e gestão de fauna selvagem e espaços naturais.

Várias conferências proferidas sobre fauna selvagem e espaços naturais, com particular destaque para a Serra da Estrela.

Várias participações em cursos, seminários e conferências, quer nacionais, quer internacionais.

#### Curriculo de cargo de direcção intermédia (Director de Serviços e Chefe de Divisão)

Nome: Paulo Alexandre Cabral Freire de Carvalho

Título académico: Mestre

Organismo: Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

Telefone: 273 300 400 fax: 273 381 179

E-mail: cabralp@icnb.pt

Data de nascimento ou idade: 38 anos

Habilitações académicas:

1. Licenciatura em Engenharia Florestal, UTAD, 1996.
2. Mestrado em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Carreira, categoria e serviço de origem:

Técnica Superior, Técnico Superior de 1.ª Classe, ICNB/PNM.

Actividade profissional:

Tem desenvolvido acções no âmbito da Engenharia Florestal e das atribuições da conservação da natureza do ICN, nomeadamente a elaboração de projectos e a emissão de pareceres. Implementou e gere o Sistema de Informação Geográfica do Parque Natural de Montesinho, tendo sido o responsável pela elaboração de cartografia do Plano de Ordenamento. Participa em acções de planeamento e ordenamento do território nomeadamente no âmbito do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e da prevenção, detecção e combate a incêndios florestais. Coordenou alguns projectos nacionais do ICN, é Conselheiro do Ministro da Agricultura, no âmbito do Conselho Consultivo Florestal.

#### Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

##### Despacho (extracto) n.º 18968/2008

Por despachos de 28 de Abril de 2008, do Vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., por delegação:

Cristina Maria Machado da Silva Rodrigues, assistente administrativa principal, em situação de mobilidade especial pertencente à Secretaria Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas — autorizado o reinício de funções sobre a forma de requisição, após procedimento de selecção nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, ficando seleccionada para exercer funções no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, afecta ao Parque Natural do Vale do Guadiana, em Mértola, DGAC- Sul, com efeitos a partir de 19 de Maio de 2008.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

18 de Junho de 2008. — A Directora, *Otilia Martins*.

##### Despacho n.º 18969/2008

Por despachos de 27 de Fevereiro e de 30 de Abril de 2008, respectivamente do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. e do Presidente do Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I.P.:

Francisco Manuel da Silva Rodrigues Maia, técnico superior de 2.ª classe do quadro do INRB, I.P./IPIMAR — requisitado com a mesma categoria para exercer funções no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e ficar afecto à Reserva Natural das Dunas